

A percepção de docentes da área da saúde após imersão no contexto de responsabilidade social e as minorias: um relato de experiência

The perception of professors in the health area after immersion in the context of social responsibility and minorities: an experience report

La percepción de los profesores de salud después de la inmersión en el contexto de la responsabilidad social y las minorías: un informe de experiencia

Leonardo Teixeira de Mendonça¹, Kamylyly Reina Carneiro de Mendonça² & Márcia Bitar Portella³

¹Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Pará, Belém, e Mestre em Tecnologia e Atenção à Saúde pela UNIFESP. E-mail: leotmendonca@hotmail.com;

²Endocrinologista Pediatra docente do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Mestre em Gestão e Saúde pela FSCMP e graduada pelo programa de Residência Médica de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: kamylyly.endoped@gmail.com;

³Doutora em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: marciabitar@gmail.com.

Resumo – Neste artigo, pretende-se levantar reflexões sobre a discussão da responsabilidade social no ensino em saúde levando em consideração as minorias, como as populações LGBTQIA+, populações tradicionais e deficientes físicas. Toda essa temática foi discutida tendo como base a interprofissionalidade. Para isso, foi feito um relato de experiência sobre a percepção de docentes da área da saúde após participação em uma disciplina sobre Educação em Saúde na Amazônia e a Responsabilidade Social, com participação de profissionais da saúde, com áreas de atuação diversas (medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, odontologia), sendo realizado na Universidade do Estado do Pará, em outubro de 2022. Com base na observação crítica das demandas levantadas durante a disciplina, a experiência permitiu conhecer as peculiaridades dos grupos discutidos e a necessidade de levar essa temática para o ensino na graduação médica, com o planejamento de torná-la parte do projeto político pedagógico do curso de medicina como módulo obrigatório, contribuindo para uma melhor formação do profissional médico. Além disso estimular a comunidade acadêmica a realizar projetos de extensão que abranjam as minorias, contribuindo para o crescimento do papel social das IES.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Educação Interprofissional. Ensino.

Abstract – In this article, we intend to raise reflections on the discussion of social responsibility in health education taking into account minorities, such as LGBTQIA+ populations, traditional populations and the physically disabled. This whole theme was discussed based on interprofessionality. For this, an experience report was made on the perception of professors in the health area after participation in a discipline on Health Education in the Amazon and Social Responsibility, with the participation of health professionals, with diverse areas of activity (medicine, nursing, physiotherapy, psychology, dentistry), being held at the University of the State of Pará, October 2022. Based on the critical observation of the demands raised during the course, the experience allowed to know the peculiarities of the groups discussed and the need to take this theme to teaching in medical graduation, with the planning of making it part of the pedagogical political project of the medical course as a mandatory module, contributing to a better training of the medical professional. In addition, to encourage the academic community to carry out extension projects that cover minorities, contributing to the growth of the social role of HEIs.

Keywords: Social Responsibility. Interprofessional Education. Teaching.

Resumen - En este artículo, pretendemos plantear reflexiones sobre la discusión de la responsabilidad social en la educación para la salud teniendo en cuenta a las minorías, como las poblaciones LGBTQIA+, las poblaciones tradicionales y las personas con discapacidad física. Todo este tema fue discutido en base a la interprofesionalidad. Para ello, se realizó un informe de experiencia sobre la percepción de profesores del área de la salud después de la participación en una disciplina sobre Educación en Salud en la Amazonía y Responsabilidad Social, con la participación de profesionales de la salud, con diversas áreas de actividad (medicina, enfermería, fisioterapia, psicología, odontología), realizándose en la Universidad del Estado de Pará, en octubre de 2022. A partir de la observación crítica de las demandas planteadas durante el curso, la experiencia permitió conocer las peculiaridades de los grupos discutidos y la necesidad de llevar este tema a la enseñanza en la graduación médica, con la planificación de hacerlo parte del proyecto político pedagógico del curso de medicina como módulo obligatorio, contribuyendo para una mejor formación del profesional médico. Además, alentar a la comunidad académica a llevar a cabo proyectos de extensión que cubran a las minorías, contribuyendo al crecimiento del papel social de las IES.

Palabras clave: Responsabilidad Social. Educación Interprofesional. Enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira metade do século XXI, devido discussões sobre lucros e geração de empregos, a temática da responsabilidade social surgiu. Até a segunda guerra mundial, as questões de sustentabilidade, cidadania e meio ambiente eram responsabilidade do Estado, porém com o

avanço do desenvolvimento tecnológico da sociedade, essa discussão passa a ser também do setor privado, trazendo a necessidade da revisão do conceito de responsabilidade social (VIEIRA et al., 2019; BARBOSA, 2020).

Mesmo tendo esse berço no meio empresarial, rapidamente as questões acerca da responsabilidade social

alcançaram as universidades, até mesmo com criação de políticas de Responsabilidade Social Universitária (RSU) (BARBOSA, 2020; FERRO; FERREIRA, 2021).

A importância da discussão desse tema no âmbito universitário, tem alguns marcos legais, como a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que através do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), norteou a criação de instrumentos de avaliação das Instituições de ensino superior (IES), possuindo dimensão específica para tratar da responsabilidade social. As IES contribuem com essa temática, através da inclusão social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (VIEIRA et al., 2019).

Nesse sentido, a RSU aponta ações socialmente responsáveis realizadas pelas universidades e que devem ser divulgadas para a sociedade, pois essa é considerada como seus usuários. Mesmo sendo tema ainda complexo, considerando que o contexto da atual da sociedade possui influência direta na orientação do papel das IES, que principalmente quando públicas, são consideradas patrimônio da sociedade e são encarregadas pela formação profissional de parte da sociedade, e da sua transformação (BARBOSA, 2020).

Dessa forma, além de preparar os alunos de forma técnica para atuar no mercado de trabalho, cabe as IES que se preocupem com a cidadania, com o desenvolvimento da sociedade, focando em produções científicas que solucionem problemas da comunidade e de populações desassistidas. Constrói-se assim, uma IES que se compromete com a sociedade na luta contra os problemas de seu tempo (ARAÚJO et al, 2020 FERRO; FERREIRA, 2021).

Dada as especificidades locais/regionais em relação as características sociais, envolvendo diversas origens e contextos culturais, não se observam modelos de RSU generalistas para o ensino nas universidades. Cabe, portanto, a cada IES o incentivo a políticas educativas que integrem a ciência e o social, envolvendo docentes, discentes e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social (COELHO; MENEZES, 2021).

Considerando a importância da discussão da responsabilidade social na universidade, em especial nos cursos de pós-graduação em ensino, em que se formam profissionais com interesse na docência, entender a visão de profissionais de saúde sobre essa temática é fundamental. Será a partir da disseminação de temas como esse, considerando a percepção de futuros educadores, que o tema da RSU irá se propagar permitindo uma maior participação desse tema na comunidade científica (VIEIRA et al., 2019; ARAÚJO et al, 2020; FERRO; FERREIRA, 2021).

Nesse sentido, esse relato de experiência objetiva descrever a percepção de profissionais de saúde da área médica sobre a temática da reponsabilidade social no ensino em saúde, após disciplina sobre o tema, e como a participação em uma disciplina exclusiva para essa temática pode mudar o modo como essa discussão será levada adiante nos demais cenários de ensino levando o fortalecimento da RSU nos mais diversos níveis de formação acadêmica.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, construído a partir das percepções de docentes da área da saúde sobre a responsabilidade social no ensino. A experiência foi vivenciada durante a disciplina Educação em Saúde na Amazônia e a Responsabilidade Social, que faz parte do programa de pós-graduação em Ensino em Saúde na Amazônia, da Universidade do Estado do Pará, realizada em outubro de 2022. Participaram dessa disciplina vários profissionais da saúde, com áreas de atuação diversas (medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, odontologia).

O conteúdo abordado durante a disciplina envolveu discussão sobre Capacitismo com ênfase na temática de atletas paraolímpicos, interprofissionalidade e a responsabilidade social do profissional de saúde frente a outros profissionais membros da equipe com foco na discussão do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde), a responsabilidade social do profissional de saúde frente a populações tradicionais, indígenas e LGBTQIA+. Os temas tiveram abordagem de ensino variadas (discussão em pequenos grupos, aulas expositivas, roda de conversa, apresentação de vídeos).

O estudo foi elaborado com breve discussão sobre as temáticas discutidas, seguido da percepção dos docentes envolvidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira grande temática discutida foi sobre o capacitismo. Nesse sentido, deve-se inicialmente definir esse conceito como um ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. Está focalizado nas supostas “capacidades das pessoas sem deficiência” como referência para mostrar as supostas “limitações das pessoas com deficiência”. Dessa maneira, o capacitismo deve ser considerado uma forma de preconceito e discriminação contra a pessoa com deficiência (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021).

Capacitismo vem do termo em inglês *Ableism*, proveniente do verbo “to be able”, na língua inglesa, portanto, ser capaz e, em seu conceito previamente exposto, baseia-se nos mesmos pressupostos que conceituam racismo e sexismo. Porém, a análise sobre a imagem social das pessoas com deficiência deve ser conduzida como processo social e resultado das relações que envolvem pessoas nesta condição (JUNIOR, 2022).

Para isso, deve-se caminhar para discutir a construção social da deficiência e a forma como ela é percebida pela sociedade, na tentativa de desconstruir estereótipos em todos os ambientes. Na educação, é essencial que se permita o acesso e a permanência das pessoas com deficiência para que elas atinjam o protagonismo social se desvinculando do ideário ligado à incapacidade (CAMARGO, 2020).

Sobre essa temática, foi realizada discussão com foco nos atletas paraolímpicos e, mesmo sendo um público com olhar diferenciado do estado, ainda se observa muitas dificuldades para oferecer serviços adequados à essa população, com enormes diferenças regionais, tendo a região Norte muitas deficiências na prestação de serviços, acessibilidade e oportunidades às pessoas com deficiências. Todo esse contexto foi mais agravado pela pandemia da Covid-19 que impactou diretamente nas

peças com deficiência física, potencializando as desigualdades (OLIVEIRA et al., 2021).

Foi interessante conhecer o olhar do deficiente sobre sua situação, entender que ele procura ser visto como integrante da sociedade, não querendo assumir posição de vítima, no contexto de coitadismo. Sendo que Costa (2020) já destacava que deve existir cautela e senso crítico para que não ocorra mais exclusão desse grupo quando houver uma preconceção de coitadismo e de capacitismo ao considerar o deficiente como incapaz ou inapto a vivenciar a cultura corporal.

Nesse sentido, foi observado a importância da formação de profissionais que façam parte dessa comunidade e que por isso entendem as dificuldades vividas pelo grupo. Isso foi descrito em situações que os profissionais não deficientes que não estudaram suas expertises abrangendo os aspectos de responsabilidade social com a população deficiente física, acaba fazendo projetos e produtos que não levam em conta a acessibilidade necessária para essa população. Essa necessidade de ter o grupo envolvido nas suas próprias reivindicações foi ponto comum em todas as discussões que serão relatadas.

Nesse mesmo contexto, a discussão da responsabilidade social se amplia às populações tradicionais, indígenas e LGBTQIA+. Sobre esta última, durante a disciplina, houve amplo debate acerca de sua saúde, havendo a participação de uma palestrante transexual que expôs toda a sua dificuldade de inserção na sociedade em vários aspectos, desde o acesso a serviços de saúde, até melhores posições no mercado de trabalho.

Sendo que toda a discussão foi baseada em ampla explicação sobre o tema, com exposição clara das definições de cada grupo da população LGBTQIA+, os marcos históricos e conquistas. Houve também discussão sobre a questão dos registros oficiais, as dificuldades para se obter dados epidemiológicos e construir políticas efetivas, assim como as limitações das próprias instituições em fornecer atendimento adequado à essa população, fato concordante com a literatura (SILVA, 2019).

Essas dificuldades enfrentadas pela população LGBTQIA+ também é notada nos poucos dados oficiais gerados para definição de políticas públicas, principalmente pelo binarismo das informações relacionadas em documentos oficiais, o que leva a um entrave para o controle social e combate a LGBTQIfobia. Diante disso, tem-se tentado ampliar a presença de órgãos públicos de atendimento à população LGBTQIA+, inclusive na cidade Belém, estado do Pará, através do projeto Casulo vinculado à secretaria de Saúde do Estado (SILVA, 2019).

Trata-se de uma população que também sofre discriminação, e por vezes é excluída das discussões em saúde e educação. No que tange à saúde, devido às dificuldades da não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, há perda de direitos humanos básicos, maior frequência de fatores de vulnerabilidade, como violação do direito à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autônoma e ao livre desenvolvimento (CARDOSO; FERRO, 2012).

Considerando a importância social da população LGBTQI+, cabe aos profissionais de saúde se apropriarem

das demandas específicas desse grupo, em que a discussão sobre o processo de adoecimento requer especificação de conceitos de identidade sexual e de gênero. Com isso, discussões devem ser ampliadas desde as graduações sobre as demandas da saúde da mulher lésbica, do homossexual masculino, dos transgêneros e demais grupos (CARDOSO; FERRO, 2012; SILVA, 2019).

Não muito distante das dificuldades da população LGBTQIA+, também se encontram as populações tradicionais. Destacando-se inicialmente as populações quilombolas que, particularmente, deve-se lembrar que foram formadas por fugas com a ocupação de terras livres, heranças, doações, compra de terras, entre outros.

Os quilombos, são organizações próprias, determinadas pelo autorreconhecimento dos descendentes dos negros africanos escravizados no Brasil colonial. Porém desde o fim da escravidão, o distanciamento dos quilombos dos grandes centros urbanos, os manteve às margens da sociedade, mantendo características rurais, associado à más condições de moradia, condições financeiras precárias, acesso precário a serviços de educação e saúde, favorecendo à uma situação de vulnerabilidade social (ALMEIDA et al., 2019).

Essa vulnerabilidade também se associa ao epistemicídio, caracterizado com processo político-cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como forma de manter e aprofundar essa subordinação. No caso da população quilombola, esse evento vem ocorrendo em várias frentes, entre elas nas práticas tradicionais de cuidado em saúde. Nessas comunidades, há forte influência de determinadas práticas, como utilização de ervas, plantas medicinais, rezas e bençãos, que são difundidas pela tradição popular por benzedeiras, raizeiras e autoridades religiosas. Essas particularidades são fundamentais no entendimento da população, e nas discussões dentro da RSU (SILVA et al., 2020; GONÇALVES; MUCHERONI, 2021).

Esse mesmo fenômeno do epistemicídio, também ocorre com os povos indígenas no Brasil. Porém, diferentemente dos quilombolas, desde 1999 já há um subsistema do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionado à atenção à saúde dos povos indígenas. Porém a pouca discussão dessa população específica durante as graduações em saúde, resultaram em profissionais de saúde não indígenas despreparados para atuarem em contextos interétnicos muito heterogêneos. Já há, porém, uma diretriz estratégica da Políticas Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) para que haja formação de profissionais capacitados para oferecer atenção diferenciada para essa população, mas que até o momento possui definição e operacionalização confusa e ambígua (DIEHL; PELLEGRINI, 2014).

A discussão sobre a saúde da população quilombola, foi extremamente rica. Em uma roda de conversa com uma representante da comunidade quilombola do interior do Estado do Pará, ficou clara as dificuldades enfrentadas por esse grupo. Foram discutidos vários conceitos, entre eles o de epistemicídio, racismo estrutural e tokenismo.

Ficou clara a importância da cultura quilombola no cuidado à saúde, com o uso de suas raízes e suas

benzeiras, e como a educação em saúde atual fere essas concepções, e não vem ensinando formas de respeitar e lidar com essa interação. O conceito de epistemicídio se fortaleceu com a discussão da desqualificação de hábitos e culturas. Essa junção da desqualificação com o epistemicídio é bem descrita e encontrada na realidade educacional (PASSOS; PINHEIRO, 2021).

Discutiu-se também a falta de olhar das políticas de Estado para a população quilombola, e o avanço de complexos agrícola-industrial em terras de quilombos, dificultando ainda mais a qualidade de vida dessa população. Nesse sentido discutiu-se o fenômeno do tokenismo, caracterizado com prática de fazer um esforço superficial na tentativa de incluir minorias nas políticas do Estado, o que também vê-se ser algo em comum entre todas as minorias, mostrando que os avanços têm sido pequenos, e as minorias continuam excluídas na sociedade brasileira (ROSARIO; GOMES; TOMÉ, 2022).

A saúde indígena foi discutida com profissional médico que trabalha diretamente com essa população, e que pode expor o funcionamento de um serviço de saúde dedicado a povos indígenas de contato recente. Observa-se uma visão diferente do Estado em relação à essa população quando comparada aos quilombolas e LGBTQIA+, com uma organização e cuidado maior. Ficou claro também o maior respeito pela cultura dessa população. Notou-se que a maior dificuldade enfrentada foi o acesso difícil aos locais de moradia dos povos, o que torna a prestação continuada do atendimento à saúde um desafio.

Para melhorar os cuidados à saúde das populações abordadas anteriormente, deve-se focar na capacitação dos profissionais de saúde, garantindo sua atualização permanente. Nesse sentido foi implementada uma Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, focada na multiprofissionalidade e resolução de problemas vividos pelas equipes de saúde, através do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) (DIEHL; PELLEGRINI, 2014).

Nesse contexto de programas educacionais focados na multiprofissionalidade, também se associa o contexto de interprofissionalidade (EIP). A EIP se baseia no trabalho em equipe, favorecendo a integração, trocas de saberes e experiências baseadas no respeito à diversidade, possibilitando a cooperação para o desenvolvimento de práticas de saúde exitosas, fortalecendo competências colaborativas. Através da EIP espaços colaborativos são criados, agrupando várias profissões para aprender com os outros e sobre os outros (BATISTA et al., 2018).

Nesse sentido, o PET-Saúde consegue implementar a EIP, sendo essencial para o desenvolvimento e fortalecimento dos recursos humanos, conseguindo ser uma estratégia de indução de mudanças no processo de formação profissional, e no contexto de responsabilidade social, pode ser ferramenta fundamental para discussão da saúde das populações em vulnerabilidade (ALMEIDA et al., 2019; SILVA, 2020).

Foi realizada uma exposição sobre o tema da interprofissionalidade (EIP) com discussão focada no programa PET-Saúde. Foi debatido sua importância, seu histórico de implantação no estado do Pará, e todas as dificuldades encontradas para manutenção do programa

em funcionamento adequado, desde dificuldades com os preceptores (processo de seleção, disponibilidade) até problemas estruturais. Mas, no geral, nota-se uma experiência positiva com o programa, principalmente, baseado em opinião dos bolsistas egressos.

A experiência com tudo o que foi descrito foi extremamente positiva, pois abordou vários temas que não são evidenciados durante a graduação e nem residência médica. A discussão sobre responsabilidade social passou a ser vista como fundamental na formação do profissional de saúde e os relatos pessoais fortaleceram a importância do tema e como essa conversa deve ser levada para todos os níveis da educação.

4 CONCLUSÃO

Com base na observação crítica das demandas levantadas durante a disciplina, a experiência permitiu conhecer as peculiaridades dos grupos discutidos e a necessidade de levar essa temática para o ensino na graduação médica, com o planejamento de torná-la parte do projeto político pedagógico do curso de medicina como módulo obrigatório, contribuindo para uma melhor formação do profissional médico. Além disso estimular a comunidade acadêmica a realizar projetos de extensão que abranjam as minorias, contribuindo para o crescimento do papel social das IES.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B.; ANDRÉ, S. S.; ALBA, B. A. V.; AUGUSTO, C. C. Reflexão sobre o controle do acesso de quilombolas à saúde pública brasileira. *Avances En Enfermería*, v. 37, n. 1, p. 92-103, 1, 2019. Universidad Nacional de Colombia.

ALMEIDA, R. G.; TESTON, E. F.; MEDEIROS, A. A. A interface entre o PET-Saúde/Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. *Saúde em Debate*, v. 43, n. 1, p. 97-105, 2019.

ARAÚJO, L.; MARIETE, X.; FERREIRA, N.; MARTINS, P. R. Projeto de extensão no ensino superior como prática de responsabilidade social. *Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v. 9, n. 18, 2020.

BARBOSA, A. M. B. Responsabilidade social universitária: uma análise das ações reportadas nos pdis e sua divulgação nos portais eletrônicos de universidades federais brasileiras. 2020. 67 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BATISTA, N. A.; ROSSIT, R. A.; BATISTA, S. H. S.; SILVA, C. C. B.; FIGUEIREDO, L. R.; POLETO, P. R. Educação interprofissional na formação em Saúde: a experiência da universidade federal de são paulo, campus baixada santista, santos, brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, n. 2, p. 1705-1715, 2018.

CAMARGO, F. P. Capacitismo e a expectativa docente em relação a alunos com deficiência. *Thesis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 87-96, 2020.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão.

Psicologia: Ciência e Profissão, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012.

n. 4, p. 7, 7, 2019. Fundação Universidade Regional de Blumenau.

COELHO, M.; MENEZES. A Responsabilidade Social Universitária Vista Pelos/As Estudantes. Educação, Sociedade & Culturas, n. 58, p. 71-95, 30 abr. 2021.

COSTA, L. S. A vida da pessoa com deficiência: Reflexões legadas do distanciamento social. Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: Territórios existenciais na pandemia, p. 10-11, 2020.

DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 30, n. 4, p. 867-874, 2014.

FERRO, F. L.; FERREIRA, L. de M. Responsabilidade Social Universitária: um estudo em uma instituição de Ensino Superior privada no Ceará. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2021.

GONÇALVES, R. B.; MUCHERONI, M. L.; O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. Liinc em Revista, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 1-12, 30 nov. 2021. Liinc em Revista.

JUNIOR, R. P. S. Práticas docentes direcionadas aos estudantes com deficiência visual em escola do ensino médio da rede estadual de Pernambuco: um estudo de caso. Recife, 2022.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Revista Trama, v. 17, n. 40, p. 1-11, 2021.

OLIVEIRA, M.; SILVA, M. C. L. O Aprofundamento do Capacitismo na Pandemia. RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 6, n. 10, p. p. 259-272, 30, 2021.

PASSOS, M. C. A.; PINHEIRO, B. C. S. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 7, n. 1, p. 118-135, 28. 2021.

ROSARIO, L. G. B.; GOMES, M. T. P. C.; TOMÉ, D. L. A. Entre a sub-representação e o tokenismo: uma análise do gênero e da raça nas eleições de 2020 na cidade do rio de janeiro. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 13, n. 1, p. 1-18, 6, 2022.

SILVA, L. F. Práticas informacionais: lgbtqi+ e empoderamento no espaço LGBT. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, I. F. S.; RODRIGUES, I. L. A.; NOGUEIRA, L. M. V.; PALMEIRA, I. P.; FERREIRA, M. A. Behaviors related to Quilombola women's health: a social representations study. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, n. 4, p. 1-8, 2020.

VIEIRA, C. N.; BECKHAUSER, S. P. R.; PARISOTTO, I. R. S. Responsabilidade Social universitária: um estudo sobre seu significado para os representantes dos grupos de interesse de uma universidade. Revista de Negócios, v. 23,